

1 **ATA DA 02ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO XI PLENÁRIO DO CRP 13**
2 **GESTÃO MOVIMENTO PSI: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, DEMOCRACIA E**
3 **EQUIDADE – TRIÊNIO 2025/2028**

4 Ao décimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às doze horas
5 realizou-se a primeira chamada e verificado o quórum. Iniciada a 01ª Plenária Extraordinária,
6 do XI Plenário do CRP 13 – Gestão Movimento Psi: Valorização Profissional, Democracia e
7 Equidade – Triênio 2025/2028. De forma online, através do Google Meet. Havendo quórum
8 mínimo, foi declarada aberta a Plenária com as presenças da conselheira presidenta Fernanda
9 Prudêncio da Silva - CRP13/8329, da conselheira vice-presidenta Dayane Mirelly Pereira
10 Rodrigues - CRP13/8869, da conselheira secretária Simone Alves da Silva - CRP13/7244, do
11 conselheiro tesoureiro Ricacio Lima da Cruz - CRP13/8302, da conselheira Adelianna
12 Coutinho Farias - CRP13/7525, da conselheira Cynthia Marília Silva Sousa - CRP13/10627,
13 da conselheira Fernanda de Souza Coelho Pereira - CRP13/10153, Alex Alves de Araújo -
14 CRP13/8235, do conselheiro Luiz Henrique Tenório Pinheiro - CRP13/11121, da conselheira
15 Juciara Noara Santana de Araújo Costa - CRP13/8324, da conselheira Patt Menezes Pereira -
16 CRP13/7919, do conselheiro Inardson Luiz dos Santos Nascimento - CRP13/8339, do
17 conselheiro Ricardo Alecsander de Queiroz Oliveira - CRP13/9391, Ivomar Teixeira de
18 Oliveira - CRP13/5145, do conselheiro Gustavo Firmino Costa - CRP13/10500, da conselheira
19 Geyviane Kelly de Figueiredo Peres - CRP13/10191. Justificada a ausência da conselheira
20 Bianca Cristinne Rodrigues Vieira Lopes - CRP13/10206. **DELIBERATIVOS. Ponto 1.**
21 **Remessas dos pontos de pauta da APAF – dez/2025:** A conselheira presidenta, Fernanda
22 Prudêncio, iniciou a reunião extraordinária, focada unicamente nas remessas da APAF
23 (Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças), buscando contribuições do
24 plenário sobre GTs ou resoluções. Ela informou sobre o Fórum Nordeste de Diretorias, onde o
25 CRP-13 participou de pactuações para alinhar os nove votos da região em nível de Nordeste
26 antes da APAF. O objetivo era buscar uma redistribuição igualitária dos Grupos de Trabalho
27 da APAF (GTs) entre os regionais, uma vez que estavam historicamente concentrados em
28 poucos estados. Fernanda Prudêncio relatou que a Paraíba, que antes compunha quatro GTs,
29 conseguiu pleitear o GT da Política de Orientação e Fiscalização (POF), um GT de grande
30 relevância cujos processos estavam parados por quase uma gestão inteira. O CRP-13 saiu do
31 Fórum com um saldo positivo de cinco GTs, sendo que a redistribuição busca evitar a
32 concentração em um único estado do Nordeste. Ela também mencionou que o no Fórum ficou
33 acatou o pedido do CREPOP, que indicou *Cuidados Paliativos* como tema de pesquisa para o
34 próximo ano, um tópico pertinente para a APAF, inclusive para entrar como especialidade da
35 Psicologia. Ressaltou o protagonismo do CRP-13 e Articulação nos debates preparatórios para
36 a APAF. Ricacio Cruz se colocou à disposição para contribuir com os novos GTs a serem
37 criados, mencionando especificamente o GT sobre serviços psicológicos de trânsito. A
38 conselheira Simone Alves sugeriu focar a discussão nos pontos dos materiais que foram lidos,
39 mencionando que a segunda remessa totaliza 51 pontos indicando a impossibilidade de
40 discutir todos os pontos. Ela destacou a luta para garantir a continuidade do GT da POF, cuja
41 revisão está sendo solicitada há quase três anos. Simone também compartilhou as dificuldades
42 enfrentadas na criação do Comitê de Práticas Anticapacitistas, incluindo um parecer da SOE
43 (Secretaria de Orientação e Ética do CFP) que exigiu que o trabalho voltasse para ajustes de
44 acordo com as regulamentações dos trabalhos dos GTs da APAF. A proposta do comitê é que
45 seja um sistema consultivo para todo o Sistema Conselhos, seguindo a bandeira do "nada
46 sobre nós sem nós", com representação de todos os 24 CRs. Dayane Mirelly reforçou a



importância da conquista do GT da POF e o trabalho da conselheira Simone em sua representação, ressaltando que é um GT altamente disputado. Ela destacou a necessidade de pleitear a continuidade do GT de Assédio e Violência de Gênero no Sistema Conselhos, com foco em violência de gênero, incluindo transfobia. Dayane Mirelly mencionou um episódio na PAF onde um nome social foi desrespeitado, ilustrando a urgência de protocolos que protejam pessoas de gênero dessas violências e evitem que manifestações sejam vistas como violentas. Dayane Mirelly lamentou que o GT de assédio tenha ficado inativo por um ano, sem reuniões presenciais ou online efetivas, o que dificulta a celeridade dos trabalhos. Ela expressou o compromisso de continuar "cutucando" para que o GT se movimente no ano seguinte. O GT busca embasamento em legislações como a Lei Maria da Penha e resoluções do Sistema Conselhos contra violências de gênero. O conselheiro Ricardo Alecsander complementou a discussão sobre o assédio, defendendo que a legislação, incluindo a lei de racismo de gênero, deve ser respeitada pelo sistema conselho, e que LGBTfobia é crime. Ele sugeriu que o GT de linguagem inclusiva se junte ao GT de assédio, pois a linguagem inclusiva pode ser vista como uma forma de assédio, e é necessário atualizar as normativas. Ricardo Alecsander também ressaltou a importância do Sistema Conselho dialogar com outras instituições, como promotorias e parlamentares, para atualizar leis e confrontar discursos que limitam a atuação do conselho. Fernanda Prudêncio confirmou que a Paraíba está atualmente em cinco GTs: POF, Assédio, Comunidades Terapêuticas, de Registro de Profissionais Estrangeiros e do Comitê de Práticas Anticapacitista. Ela mencionou que o GT de Comunidades Terapêuticas estava parado e que a indicação para a Comissão de Saúde Mental visa aprofundar a temática, que é muito pertinente no estado da Paraíba. Fernanda Prudêncio compartilhou a lista de propostas para a abertura de novos GTs para que o plenário possa avaliar e pleitear aqueles em que o CRP-13 possua subsídio técnico e político para atuar. Ricardo Alecsander enfatizou a necessidade de defender a categoria contra a Neuropsicopedagogia, considerando-a um "absurdo" que prejudica o mercado de trabalho do psicólogo, e reforçou a importância do GT que aborde a valorização profissional. Ele mencionou o debate sobre a atuação do CFP em relação aos coaches, destacando a necessidade de uma nota mais assertiva, e a temática da ecopsicologia e psicologia ambiental, ressaltando o sucesso de um evento recente com a promotora do meio ambiente, Dra. Cláudia Cabral. Ricardo Alecsander defendeu que o GT de linguagem inclusiva seja incorporado ao GT de assédio para conferir mais força, pois assédio deve ser tratado como crime e questão de responsabilização, e não apenas de "violência ou afeto". Ele argumentou que o GT de assédio pode ser o guarda-chuva para diversas formas de racismo e preconceito. O conselheiro Luiz Henrique Tenório endossou essa defesa, incluindo a necessidade de abordar a intolerância religiosa, o racismo e a inteligência artificial, especialmente no tópico 12 sobre redes sociais e plataformas digitais. Patt reforçou a defesa da importância do GT de assédio e do GT de Anticapacitismo, enfatizando a necessidade de padronização de uma linguagem inclusiva que abranja pessoas não binárias. Simone reforçou que as representações nos GTs do Nordeste são alinhadas para serem igualitárias, visando que o CRP-13 entre nos GTs para, de fato, contribuir e produzir resultados como notas técnicas ou resoluções. Ela enfatizou a importância de defender o espaço do CRP-13, diferentemente de gestões anteriores que eram passivas e abriam mão de compor GTs. Dayane Mirelly relatou a disputa e o ato político do CRP-13 para garantir o GT da POF no Fórum Nordeste, onde a Paraíba defendeu sua posição com firmeza e conseguiu a vaga sem criar intrigas, promovendo um diálogo respeitoso com outros regionais. Ricardo Alecsander esclareceu com Fernanda Prudêncio que o "ato político" de abrir mão de GTs era uma prática passiva de gestões



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP-13 PB



anteriores, que não pleiteavam espaços por falta de visão crítica ou voz ativa. Ele afirmou que o posicionamento atual do CRP-13, que se fundamenta para ocupar esses espaços, é um ato político necessário e não "militância". Ricardo Alecsander fundamentou que a transfobia está juridicamente alçada na lei do racismo, o que oferece respaldo legal para a pauta, reforçando que o sistema conselho não pode continuar em omissão. Ele destacou que o CRP-13 possui alta capacidade, incluindo membros de comissões muito competentes, para disputar esses espaços e ser congruente com os princípios de valorização profissional e equidade. Fernanda Prudêncio concordou, ressaltando que a participação de membros das comissões nas construções científicas e documentais valoriza o trabalho e a contribuição desses profissionais. A conselheira Juciara Noara Araújo levantou a discussão sobre o ponto 41 da APAF, referente às plenárias éticas, mencionando um parecer técnico do CRP-SP que questiona a obrigatoriedade de convocação das partes (denunciante e denunciado) para a apreciação do relatório, pois isso gera exposição sem que as partes tenham direito à fala naquele momento. A sugestão é corroborar com o parecer para retirar essa obrigatoriedade, uma vez que não há base jurídica para a presença obrigatória das partes nesta fase e isso dificulta a celeridade dos processos. Ricardo Alecsander levantou o ponto 31, "Orientação para atuação em contexto de violência", para discutir a atuação do CRP-13 em relação à violência de estado e tortura. Ele mencionou a referência do comitê de combate à tortura na Paraíba, onde Nazaré Zenaide atua, buscando verificar o estado de atividade desse comitê e a defesa que será feita sobre o tema. Dayane Mirelly e Ricardo Alecsander debateram a necessidade de ter uma base sólida de trabalho para pleitear a continuidade de um GT, exemplificando com o GT de assédio, que só teve uma reunião online. Dayane Mirelly ressaltou que, embora o tema do assédio seja importante, a falta de reuniões sistemáticas e produto final enfraquece a argumentação para a continuidade, apesar de concordarem que iriam pleiteá-la. Ricardo Alecsander enfatizou a necessidade de autocritica e de relatar o percurso metodológico mesmo que os objetivos não fossem totalmente atingidos, tal como em pesquisas. Fernanda Pereira expressou que a quantidade de informações era confusa para ela como nova conselheira, destacando que as reuniões serviam para esclarecimento e que o CRP-13 não deve apenas pleitear, mas trabalhar para fazer os GTs funcionarem. Fernanda Prudêncio e Dayane Mirelly destacaram a importância de acompanhar a transmissão da APAF e trocar informações em tempo real via WhatsApp, sugerindo revezamento no acompanhamento para facilitar a articulação de posicionamentos. Dayane Mirelly também comprometeu a diretoria em atualizar os demais sobre os acontecimentos e posicionamentos durante o evento. Fernanda Prudêncio comentou que as discussões poderiam gerar elementos para propor novos GTs ou documentos em futuras Pautas de Articulação Federal nas PAFs, e que o CRP-13 precisa levar a realidade da psicologia paraibana para o debate em nível de Conselho Federal. Ela destacou que ter normativas nacionais norteia a atuação profissional e ajuda a valorizar a profissão, prevenindo desvios de atuação no serviço público. O grupo planeja começar a estimular a proposição de novas questões e espera que o CRP-13 alcance seus objetivos através de ações práticas e não apenas de discurso. Não havendo mais contribuições sobre os demais pontos, a presidente Fernanda Prudêncio encerra os trabalhos, sem mais demandas. Eu, Simone Alves da Silva, conselheira secretária, lavrei e assinei a presente ata, anexando ao fim o registro fotográfico dos participantes. *****

139
140
141



Sede | João Pessoa
Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92
Torre | CEP: 58040-350

Subsede | Campina Grande
Centro Jurídico Ronaldo Cunha Lima
Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza, 450
Salas 1615/1616 | Estação Velha | CEP: 58410-050

Subsede | Patos
Rua Dr. Pedro Firmino, nº 107 | Loja 04
Edifício Milindra Empresarial
Centro | CEP: 58706-505